

**DO INSTITUTO SÃO BENTO AO INSTITUTO SÃO FRANCISCO – PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES<sup>1</sup>**

Márcia Spadetti Tuão<sup>2</sup>  
Equipe do CEPEMHed<sup>3</sup>

**RESUMO**

A busca pelo processo de escolarização da infância empobrecida no município de Duque de Caxias nos apresenta o arquivo do Patronato São Bento, instituição denominada como Instituto São Francisco atualmente. Nas informações obtidas nos deparamos com a fundação da Associação Beneficente de Menores, seus princípios, critérios para o recebimento dos menores, processo de aprendizagem, a formação profissional e as normas de condutas exigidas das crianças. O estudo preliminar dos documentos nos orienta acerca do funcionamento administrativo e financeiro da instituição, a articulação das verbas públicas federal, estadual, municipal, e ainda, o projeto nacional de limpeza das cidades que cresciam, urbanizavam-se e tornavam a violência um perigo ao projeto capitalista. O conjunto documental do arquivo garimpado nos oferece variados documentos, desde ofícios, requerimentos, livros de atas, livros-caixa, memorandos internos, até guia de inclusão e exclusão de menores, livros de registro de empregados, livro de ponto, o que tem merecido cuidado na

---

<sup>1</sup> Existe uma versão deste artigo encaminhada para publicação pelo Setor de Educação da Graduação da Universidade Federal Fluminense (prelo).

<sup>2</sup> Diretora Executiva do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHed e professora de Sala de Leitura da Rede Municipal de Duque de Caxias. Com formação em Letras, pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO). Especialização em Língua Portuguesa pela UNIGRANRIO.

<sup>3</sup> O garimpo deste material, que serve de estudo e pesquisa, advém do trabalho da Diretoria Executiva do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHed.

higienização e digitalização. A pesquisa pode nos oferecer pistas acerca do projeto de promoção humana organizado pela Igreja Católica para as crianças consideradas “sem eira nem beira” no município de Duque de Caxias.

**Palavras-chave:** infância empobrecida; escolarização; Igreja Católica.

#### **ABSTRACT**

The search for the process of school education provided for the poverty-stricken children in the city of Duque de Caxias reveals the files of “*Patronato São Bento*,” an organization which has been recently named “*Instituto São Francisco*.” Through those files we could learn about the foundation of the “*Associação Beneficente de Menores*,” its principles, the criteria followed for the admission of minors, the learning process itself, the professional development training and the rules of conduct established for those children. The preliminary study of such documents guides along the administrative and financial policy of the organization, how the federal, state and local funds were spent, and, last but not least, the implementation of the national project which involved the cleaning of the cities that grew, became urbanized and turned violence a danger to the capitalist project. The set of files we found offers us various documents, from official documents, like petitions, proceedings, accounts books, memoranda, to a guide describing how to include and exclude minors, the employees register books, and even the employees daily signature control, what has been carefully kept in hygienic conditions and scanned. This research may offer hints as to the humanitarian project organized by the Catholic Church for the children who were considered extremely poor in the city of Duque de Caxias.

**Keywords:** Poverty-stricken childhood – school education – Catholic Church

Em busca de mais informações sobre o processo de escolarização no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, foram encontrados milhares de documentos pertencentes ao extinto Patronato São Bento, onde, atualmente, funciona o Instituto São Francisco<sup>4</sup>. A partir das ações desenvolvidas para esta

---

<sup>4</sup> Localizado na Rua Benjamin da Rocha Júnior, 06. São Bento. 2º Distrito de Duque de Caxias. Rio de Janeiro. O Instituto São Francisco funciona no espaço que abrigou a Fazenda São Bento. Esta

pesquisa inicial, deparamo-nos com o material do Patronato São Bento, que, num primeiro garimpo, trouxe-nos às reflexões sobre a infância considerada desvalida<sup>5</sup>.

A compreensão de como se constrói as experiências educativas que envolveram os ditos “meninos empobrecidos”, como parte de um projeto assistencial e regenerador da infância, foi organizado na cidade de Duque de Caxias durante o seu processo de urbanização, é o objetivo central deste artigo. Isto significa investigar a atuação da Igreja Católica, do poder municipal e da implementação de políticas públicas sobre a infância no Brasil, a partir de uma análise mais restrita sobre o município de Duque de Caxias.

As fontes garimpadas possibilitaram conhecer o projeto de educação para a infância pobre no município de Duque de Caxias e a inserção desses meninos no campo do trabalho, sem nenhuma reflexão da exploração do homem sobre homem. O presente estudo ainda reforça a importância do cuidado com os arquivos institucionais como fonte de informação das políticas públicas para os considerados “sem eira nem beira”<sup>6</sup> – as crianças pobres. Cabe ressaltar e registrar o que tem sido nossa preocupação: investimento de políticas públicas na constituição do arquivo público municipal, como elo essencial para a compreensão da história da educação da cidade de Duque de Caxias.

Antes de ingressar na diretoria do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd)<sup>7</sup>, atuei no Ensino Fundamental como professora regente e atualmente, como professora de Sala de Leitura no município de Duque de Caxias; participo, ainda, das lutas políticas

---

informação pode ser confirmada no ofício datado de 1º de julho de 1959, referendado pelo Plano de Aplicação de verbas do Governo Federal e assinado pelo Dr. Jorge Armênio.

<sup>5</sup> Infância Desvalida é um termo utilizado para caracterizar uma criança desprotegida, desamparada, empobrecida, ou seja, sem recursos financeiros que a mantenha. Por isso, digo ser uma infância “considerada” desvalida para que este adjetivo não reforce uma ideia de criança sem valia, pelo contrário, reconhecemos nesta infância as marcas da luta pela sobrevivência em meio ao caos.

<sup>6</sup> **Sem eira nem beira.** Sem recursos; na miséria: “Logo um balseiro, um coitado sem eira nem beira, a filha fora escolher.” (Guido Vilmar Sassi, São Miguel, p. 79); Sem eira nem beira nem ramo de figueira.

<sup>7</sup> O projeto de criação do CEPEMHEd, Decreto nº 4805, de 2005, consolida uma das conquistas dos educadores da rede pública deste município, constituindo-se como direito à memória e à história da educação. A instituição surge da reivindicação dos profissionais da educação da rede municipal de Duque de Caxias e se propõe a oportunizar um espaço de fomento à produção e divulgação de pesquisas; de formação docente; de arquivamento e tratamento de dados coletados sobre a história e as memórias da educação do município de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense e, igualmente, de Educação Patrimonial. O prédio da sede do CEPEMHEd, situado na rua Benjamin da Rocha Júnior, s/nº, faz parte do conjunto de edificações do Museu Vivo do São Bento, primeiro ecomuseu da Baixada Fluminense, localizado no bairro São Bento, 2º distrito, de Duque de Caxias.

sindicais, como professora militante do Núcleo do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE em Duque de Caxias/RJ), além da atuação no Movimento das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Essa trajetória política e profissional me permite situar historicamente a investigação, observando a disputa dos interesses antagônicos presentes na sociedade, em diferentes momentos históricos.

As atividades desenvolvidas pelo projeto do Centro de Memória da Educação (CEPEMHed) levaram-me à identificação do acervo da Associação Beneficente de Menores (ABM), entidade particular, com sede na Fazenda São Bento, cuja criação é datada de 25 de novembro de 1955, prestando serviços gratuitos e assistência a meninos desamparados e desajustados, segundo ofício do Doutor Hélio Albernaz Alves, Juiz de Direito e de Menores. Em 1959, nos documentos oficiais, surge o Patronato São Bento, espaço atualmente denominado Instituto São Francisco.

### **PATRONATOS AGRÍCOLAS**

Os Patronatos Agrícolas surgem a partir da Abolição da Escravatura, em 1888, para atender, inicialmente, a demanda de mão de obra no setor agrícola e, de uma certa maneira, a crise instalada neste período. Destacam-se, assim, duas entidades, uma formada no eixo São Paulo – SPA (Sociedade Paulista de Agricultura), outra, no eixo Nordeste, Sudeste e Sul – SNA (Sociedade Nacional de Agricultura). Ambas as entidades, criadas no final do século XIX, enfrentavam dificuldades concretas no mercado internacional, além de apresentar posicionamentos diferenciados para superá-las.

A Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) apostava no trabalho agrícola com os imigrantes, enquanto a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no “trabalhador nacional”<sup>8</sup> com formação educacional, além de uma atuação do Estado. Neste período acontece a criação do Ministério da Agricultura, que afirmava:

---

<sup>8</sup> Sua principal característica seria a reatualização de formas de trabalho compulsório no imediato pós-abolição, assegurada por uma indissolúvel, ainda que contraditória, aliança entre proprietários agrários e Estado. In MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

<sup>9</sup> Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (doravante RMAIC), 1909-10, volume I, pp. 57-8, grifos no original. In MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

Nossos campônios são baldos até dos conhecimentos mais comezinhos e o único meio de combater este problema é fornecer-lhes escola primária e **aprendizado agrícola** para seus filhos, pois, só assim será possível **reunir essa grande massa anônima** que vai degradando pela miséria, fazendo com que ela fique **longe de ser uma ameaça** contra a vida rural.<sup>9</sup>

A estratégia oficial utilizada para fixar este *trabalhador nacional* foi através do MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com a criação de Aprendizados (AAs) e Patronatos Agrícolas (PAs). Nas fazendas, eram estabelecidos os Aprendizados (AAs), onde a formação educacional tinha uma duração de dois anos, o público-alvo eram os filhos dos pequenos agricultores, num sistema de internato. Esses Aprendizados (AAs) estavam dentro dos Patronatos Agrícolas (PAs), que forneciam todo ambiente necessário para o aprendizado referente ao trato da terra e demais habilidades no que diz respeito a criação de animais. Cada interno tinha uma diária atribuída a ele, que conforme o Patronato tivesse um retorno econômico do que seria produzido pelo educando, o administrador do mesmo direcionava a renda obtida para o pagamento desta diária, que a princípio seria subsidiada pelo Ministério da Agricultura. Isto quer dizer que, esta instituição teria que se manter financeiramente com o que produzisse. Podemos perceber os objetivos destes espaços, apontados no próprio relatório do MAIC: “a aprendizagem dos **métodos racionais** do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas”.<sup>10</sup>

Em 1910, com o crescimento populacional das cidades, esses polos agrícolas passam a receber aprendizes pertencentes a outros grupos sociais, com uma atuação *paliativa* para a *questão social* urbana. Sônia Regina de Mendonça apresenta essa questão quando fala sobre o grupo assistido:

---

<sup>10</sup> RMAIC, 1911, p.57. In MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

<sup>11</sup> A presença da Polícia do Rio de Janeiro junto aos Patronatos não se limitava, apenas à arregimentação dos menores, inserindo-se junto à produção de um perfil disciplinar e de certa identidade institucional, já que boa parte da clientela provinha, antes de seu encaminhamento aos PAs, de duas instituições: ora o Depósito de Presos, ora a Colônia Correccional, ambas na Capital Federal e subordinadas ao Chefe de Polícia. In MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

(...) recrutados pelos Chefes de Polícia e Juizes da cidade do Rio de Janeiro, a Capital Federal – auto-proclamados como ‘guardiões’ da ordem social.<sup>11</sup> Estabelecia-se, assim, uma triangulação entre o Ministério da Agricultura, o Poder Judiciário e a Polícia do Distrito Federal (...)

Com este novo perfil e diante da realidade da urbanização, a Professora Sônia Regina de Mendonça, baseada nos Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (RMAIC, 1930, p. 136) afirma que entre 1918 e 1930, o total dos PAs salta de 05 para 98. Isto porque essas instituições passam a representar uma mediação: *“entre ‘mundo rural’ e ‘mundo urbano’, avalizando a ‘paz social’ entre eles. Contribuindo para a construção de um paradigma de urbanização ‘moderna’ e ‘profilática’, o Ministério acabava por respaldá-lo (...)”*

É num contexto muito semelhante ao citado pela Professora Sônia Regina de Mendonça que aparece o Patronato São Bento, objeto de nossa pesquisa. Diferindo apenas por acontecer alguns anos mais tarde e com a peculiaridade de estar dentro de um Núcleo Colonial, instituído na Era Vargas (anos de 1932), na Cidade de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

## **UM POUCO DE CAXIAS**

O Patronato São Bento, fundado na década de 1950, localizava-se na antiga Fazenda São Bento, comprada pelos Beneditinos em 1591. Lembramos, ainda, que este mesmo espaço é marcado pela Fazenda do Aguassu, que era parte da sesmaria que Cristóvão Monteiro recebera da Coroa Portuguesa, por ocasião do fim da guerra contra os franceses. Após a morte de Monteiro em 1596, a viúva daquele fidalgo português doou outra porção de terras ao mesmo Mosteiro. Inicia-se assim, a colonização do Vale do Rio Iguaçu, tendo a fazenda funcionado por um grande período neste espaço, até que, em 1921, o terreno foi desapropriado para sediar a colônia agrícola. Em 1922, a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense desapropriou a Fazenda São Bento do Iguaçu, saneando-a e fazendo benfeitorias. Em 1931, o contrato da Empresa foi rescindido e seus bens (entre eles, a Fazenda de São Bento) são repassados para o Governo Federal. Em 1932, através do Decreto 22.226, o

governo criou o Núcleo Colonial São Bento<sup>12</sup>, encarregado por lotear a Fazenda, colonizar, desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar: “Cria-se o Núcleo Colonial ‘São Bento’, em terras da Fazenda Nacional do mesmo nome, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.”<sup>13</sup>

Desta forma, o Núcleo Colonial São Bento estava subordinado ao Ministério da Agricultura. Este Núcleo tinha um administrador e uma guarita na entrada, funcionando como um condomínio fechado. Para um visitante, entrar naquele espaço, sua presença era anunciada e apenas era permitida se algum morador do local o estivesse aguardando. Neste período, não havia ônibus que circulasse por dentro do Núcleo, existia apenas uma caminhão que fazia o transporte para os locais previamente estabelecidos pelo administrador. Além disto, o colono recebia lotes rurais, com garantia de que o escoamento da produção teria destino certo. Para se conseguir um lote, havia a necessidade de uma inscrição no Ministério da Agricultura. No início, o colono não pagava pelo lote, além de ter custeados as ferramentas para o plantio, as mudas e os serviços médicos. Após três anos, começava-se a contar dez anos para se quitar a dívida referente ao terreno. Aos poucos, os terrenos referentes ao Núcleo foram sendo desmembrados, até que em 1961, o mesmo foi extinto definitivamente.

A compreensão deste período sobre as mudanças ocorridas em Duque de Caxias, no que trata da infância empobrecida economicamente, explicita as motivações e angústias que permeiam este trabalho, e elege, inicialmente, a leitura dos documentos oficiais, principalmente a correspondência organizada sob a forma de ofícios.

### **PATRONATO SÃO BENTO (1955)**

Na busca entre as caixas guardadas no espaço de encontros denominado, atualmente, Instituto São Francisco, bem como, na procura de indícios e vestígios de informações em rodas de memória informais realizadas na maioria das vezes na residência dos depoentes, os dados surgem com espaços vazios, de silêncios. Noutros momentos, se contrapõem, surgindo necessidade de maior cautela e de uma parada

---

<sup>12</sup> Neste período, a cidade de Duque de Caxias ainda era um distrito de Iguaçu, sendo emancipada em 31 de dezembro de 1943.

<sup>13</sup> 256.Coleção das Leis – V.5 – Nov-dez – 1932 – M. A. – C. J. Atos do Governo Provisório. RJ – Imprensa Nacional.

para que o fio da história não se quebre e nos leve para outros lugares. A seguir, registramos algumas impressões sobre parte do material do qual iniciamos o primeiro tratamento de conservação preventiva e digitalização. Nestes levantamentos, sempre faremos referências às datas em que os mesmos foram escritos.

Segundo o ofício destinado à Legião Brasileira de Assistência (LBA), no ano de 1959, pelo então presidente, Dom Odilão Moura (OSB)<sup>14</sup>, ao pedir ajuda financeira para o funcionamento do Patronato São Bento, com a finalidade de atender aos menores desamparados na cidade de Duque de Caxias, o mesmo relatou que o terreno foi cedido em comodato por cem anos, pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), criado em 1954 à Diocese de Petrópolis e que o Patronato foi dirigido pela Associação Beneficente de Menores (ABM). Lembramos que a Igreja Católica Apostólica Romana em Duque de Caxias, nesse período, era administrada pela Diocese de Petrópolis.

Através de papel timbrado com a identificação da Associação Beneficente de Menores, entidade particular com sede na Fazenda São Bento, foi fundada em 25 de novembro de 1955. Ratificava-se que a finalidade da instituição é prestar serviços gratuitos e de assistência a meninos menores, *desamparados e desajustados*. Atestado com a assinatura do Dr. Hélio Albernaz Alves, Juiz de Direito e de Menores, o que oferecia legitimidade secular nos negócios que, de alguma forma, era protagonizado por uma organização religiosa.

As seguintes informações levantadas estão apresentadas de forma cronológica, a partir de diferentes documentos encontrados no espaço apresentado anteriormente, dentre eles, muitos ofícios. Referem-se à finalidade, a aspectos educacionais e sociais a que o mesmo se destina.

Num dos ofícios, datado de 30 de abril de 1957 e assinado por Francisco Côrrea, o objetivo central da ABM é apresentado, além dos dados iniciais acerca da assistência integral oferecida pela instituição que aponta para uma educação integrada - religiosa, moral, educacional, médica, alimentar, de vestimenta e de habitação aos menores necessitados, *desamparados e desajustados*.

---

<sup>14</sup> Ordem de São Bento, conhecidos como Beneditinos, também.



Os dados abaixo descritos, também, foram retirados de documento assinado pelo presidente da Associação nesse período, Francisco Corrêa, em 29 de outubro de 1957:

- Curso noturno de alfabetização;
- Assistência médica para os casos extraordinários;
- Fornecimento de carteira a menores de 12 e 13 anos<sup>15</sup>;
- Registro civil de menores pobres;
- Licença para os pequenos trabalhadores de rua (engraxates, jornaleiros e vendedores). Orientação e fiscalização, bem como o fornecimento de uniformes;
- Assistência jurídica aos menores necessitados da mesma.

Ainda, o garimpo, através das pastas contendo ofícios, relação de menores acolhidos, cartas e requerimentos, datados de 09 de abril de 1958 e 5 de fevereiro de 1962, nos possibilita tecer informações mais precisas acerca da Associação Beneficente de Menores e da fundação do Patronato São Bento. As informações que seguem, demonstram as relações estabelecidas com as demais instituições, além da origem dos diferentes auxílios.

Num documento próximo ao início do Patronato, o Departamento de Maternidade e Infância enviou à Associação Beneficente de Menores a Instrução de nº 1/55, que norteia o acordo estabelecido entre a LBA e as instituições que se propõem à cooperação financeira, datado de 09 de dezembro de 1955. Em 20 de janeiro de 1958, D. Odilão Moura solicita auxílio à Legião Brasileira de Assistência para construção de um patronato para meninos. Em 21 de abril de 1958, D. Odilão Moura escreve à Dona Maria da Glória, pedindo a intervenção, através de despacho favorável da Comissão Estadual da LBA, ao processo encaminhado anteriormente à mesma instituição, em que solicitava verbas para a construção do Patronato que encontrava-se no começo da construção. Referiu-se ainda à promessa feita pelo Dr. Mario Pinotti, presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), anteriormente. Em 14 de junho de 1958, D. Odilão Moura agradeceu, ao General Henrique Teixeira Lott, a generosidade pela inclusão da Associação Beneficente de Menores na doação feita pelo Ponto Frio, na data referente a 13 de junho de 1958. Em 06 de junho de 1959, Dr.

---

<sup>15</sup> Este item e o próximo em colaboração com o Juizado de Menores.

Jorge Armênio, presidente da Associação Beneficente de Menores, respondeu ao telegrama enviado pelo Sr. Antônio Franco de Oliveira, Diretor do Departamento de Administração da LBA, com o Plano de Aplicação para as verbas do Governo Federal referente ao ano anterior, 1958. Dentre os documentos, foi encontrado um que se tratava de um subsídio cedido até 1961, pela Caixa Econômica do Rio de Janeiro, datado de 15 de maio de 1962.

Dentre esses documentos, encontramos referências às verbas que são aplicadas para internação de menores, artesanato, assistência aos menores trabalhadores e, ainda, a colaboração estabelecida com o Juizado de Menores sobre alimentação e recuperação de menores detidos. Com base no mesmo Plano, fica exposto que a recepção de menores internos começa em 1º de Julho de 1959 e que o prédio foi cedido pelo Governo Federal com capacidade para receber 150 menores entre 10 e 14 anos de idade. Quanto ao artesanato, atenderia meninos internos e externos. Quanto à oficina de carpintaria, seria completa, por sua vez, e foi cedida pelo INIC. Quanto aos menores trabalhadores – engraxates, baleiros e jornaleiros -, a ABM, já havia quatro anos, desde 1954, que fornecia licença e fiscalizava, além de prestar assistência escolar, médica e religiosa. Estes menores também eram atendidos na formação artesanal.

No que diz respeito às verbas, em documento assinado pelo Presidente da ABM, Dr. Jorge Armênio, encaminhado pelo Presidente do Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério de Educação e Cultura, é solicitado o atestado da instituição para confirmar a inscrição no Conselho Nacional de Serviço Social desde 1957, para fins de recebimento de verba federal.

Referente ainda aos auxílios financeiros, consta que em 17 de junho de 1958, em Niterói, o governador do estado do Rio de Janeiro, professor Miguel Couto Filho (1957), determinou que parte dos lucros do Serviço de Loteria do referido estado, seria empregado *em obras de amparo e melhoria dos serviços assistenciais ao povo fluminense*, documento este assinado por Álvaro Werneck (diretor gerente da Loteria do estado do Rio de Janeiro<sup>16</sup>) e Oswaldo de Oliveira (diretor tesoureiro da mesma instituição). No documento datado de 10 de abril de 1960, há referência a uma subvenção do estado do Rio de Janeiro, no valor de CR\$ 300.000,00.

---

<sup>16</sup> Localizada Rua VDE. de Sepetiba, 219 – Niterói – Caixa Postal 91.

Ainda no relatório n. 03, de 1959, em papel timbrado da Legião Brasileira de Assistência, identificou-se a assinatura de Yolanda Heloísa de Souza.

As informações que seguem são referentes às funções, pessoas que desempenharam no período e data do documento em que encontramos tais dados.

FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO	ANO
Presidentes da ABM	Francisco Corrêa	09 de outubro de 1957
	Dr Jorge Armênio	1961 (Of 9/62)
Secretários da ABM	Dr Ruyter Poubel	10 de abril de 1961
	D. Odilão Moura OSB	1962
Tesoureiros da ABM	Mariana Sandra dos Santos	1957
	Sr. José Maia	1961-1962
Diretor do Patronato	D. Odilão Moura OSB	10 de abril de 1961

Fonte: Arquivo do Patronato São Bento

Encontramos, ainda, em documento denominado Atestado do Número de Menores, informações que dizem respeito à quantidade de menores assistidos no espaço do Patronato em diferentes períodos.

DATA DO DOCUMENTO	QUANTIDADE	ASSINATURA DO DOCUMENTO
28 de julho de 1957	600	Dr. Hélio Albernaz Alves
28 de julho de 1957	600	Dr. Barbosa Ribeiro – Promotor de Justiça
29 de outubro de 1957	800	Francisco Corrêa
10 de abril de 1961	90	Dr. Hélio Albernaz Alves – Juiz de Direito e Menores
25 de maio de 1961	90	Dr. Ovídio Cunha – Técnico em Educação

Fonte: Arquivo do Patronato São Bento

Quanto ao terreno, encontramos a medida de uma área de 66.000 m<sup>2</sup> (sessenta e seis mil metros quadrados) desapropriados pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias.

Com a contribuição da funcionária Kissila Soares Fernandes, do Centro de Memória da Educação, a partir da análise de 260 certidões, referentes às primeiras caixas que guardam as certidões de nascimento dos abrigados:

ANO DE NASCIMENTO	QUANTIDADE DE MENORES	ANO DE NASCIMENTO	QUANTIDADE DE MENORES
1940	2	1956	4
1942	3	1957	2
1943	6	1961	1
1944	4	1962	2
1945	3	1964	34
1947	3	1965	34
1948	2	1966	19
1949	1	1967	36
1950	2	1968	38
1951	2	1970	23
1952	6	1971	9
1953	4	1972	4
1954	5	1973	4
1955	6	1974	1

Fonte: Arquivo do Patronato São Bento

Ao me debruçar sobre o arquivo do Instituto São Bento, novas informações foram identificadas, inclusive sobre a Associação Beneficente de Menores, datada de 1925. Assim, novos desdobramentos surgem na formalização do presente trabalho, tais como os dados descritos abaixo:

- Atualmente, temos 11.900 (onze mil e novecentos) documentos. Temos aproximadamente onze caixas de arquivo com documentos referentes aos menores.

Relacionamos, abaixo, o material encontrado:

- Diferentes ofícios;
- Memorandos internos;
- Livro caixa correspondente ao período de 1955 a 1963;
- Fichas intitulas: Guia de inclusão e exclusão dos menores internos da instituição;
- Divulgação sobre o 15º Batalhão de Polícia Militar;
- Livro de registro dos empregados da firma de 1971;
- Livro de ponto de 1973;
- Mapa de distribuição de refeições de dezembro;

- Registro de entrada dos menores, retorno de férias, órgãos dos quais os menores foram encaminhados;
- Mapa de visita dos menores;
- Lista de chamada de menores semi-internos;
- Programa de comemorações em homenagem ao patrono da cidade de Duque de Caxias;
- Declaração de alunos da Escola Municipal Patronato;
- Relação de menores que foram suspensos por atitudes erradas;
- Reportagem sobre ajuda do Rotary à ABM, padrinhos para menores carentes;
- Documento dos menores: fotos 3X4, endereços de alunos, identificação do aluno, atestado para fins escolares, ficha clínica do escolar, declaração, guia de matrícula, ficha de encaminhamento, ficha de cadastro, ficha de observação do auxiliar de educação e avaliação da situação do menor, encaminhamento do Juizado de Menores;
- Período de referência dos documentos dos menores: década de 1950, 1960, 1970, 1980;
- Relatório anual das atividades da ASPAS, no ano de 2003;

Assim, objetiva-se ainda, associar aos inúmeros documentos encontrados o relato de ex-alunos do Patronato que visitam a instituição, no sentido de atribuir corporeidade e alma aos documentos guardados.

## **INSTITUTO SÃO BENTO**

Dentre o material recolhido, recebemos por doação da Professora Rosemere Carias, uma agenda com as anotações de um religioso marista que veio a Duque de Caxias para ajudar na implementação de uma nova etapa da educação complementar e de alimentação, oferecida às crianças carentes do Patronato São Bento, que a partir de 1988, em parceria com a Escola São Francisco de Assis e entidades da Ação Social Paulo VI, passa a ser denominado Instituto São Bento.

Em material recebido recentemente, da funcionária Edna Bernardo, responsável pelo Arquivo e Patrimônio da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, encontramos informações em que a Associação Beneficente de Menores (ABM) se transforma na Ação Social Paulo VI (ASPAS) com o compromisso de continuar o projeto de promoção humana organizada pela igreja católica para as crianças carentes.

Tal registro nos oferece as seguintes datas, em 27 de dezembro de 1983, numa reunião, foi elaborada uma alteração do estatuto da ABM que se manteve na administração do Patronato até 12 de março de 1984, momento em que foi eleita uma nova direção da instituição e que foi substituída, definitivamente, pela ASPAS.

Em fevereiro de 1989, a diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, cujo bispo era Dom Mauro Morelli, recebeu uma comunidade marista (três religiosos), com o objetivo de reforçar o programa.

A relevância social desse estudo pode ser explicada através de uma versão do passado recente e das políticas eclesiais para a infância nessa cidade de Duque de Caxias, mediante uma profunda investigação sobre a documentação descrita anteriormente. Ao mergulhar nessa documentação, deparamo-nos com alguns silêncios, o que traz o desejo de conhecer mais a partir dos testemunhos orais, das histórias vividas no cotidiano por funcionários, administradores, professoras, moradores e dos próprios internos do abrigo. Aprofundar este conhecimento pode inserir no debate educacional a memória do projeto educativo, sob o ponto de vista dos abrigados.

Nos últimos materiais revistos, no final de 2012, encontramos mais um acervo, com cinco pastas, dentre elas, uma de ofícios, entre 1957 e 1963, que trazem à tona, as relações cotidianas do Patronato São Bento:

- A formação e cargos da diretoria do Patronato;
- A dinâmica de funcionamento administrativa, financeira e educacional;
- As normas de conduta dos alunos e das famílias em relação aos abrigados;
- O diálogo e os acordos entre o abrigo e o poder judiciário, que em alguns momentos aparecem tensionados;
- As subvenções e convênios entre o poder municipal, estadual e federal;
- Os acordos firmados para o recebimento de menores encaminhados<sup>17</sup>;
- A postura e os valores que ofereciam a base do projeto do abrigo;
- As diretrizes do programa educativo;

Estes escritos iniciais consideraram apenas um levantamento das pistas e vestígios na escrita oficial do Patronato São Bento. Não entrecruzamos estes dados

---

<sup>17</sup> Na documentação do Patronato, consta o encaminhamento de crianças dos seguintes lugares: Tijuca, São Gonçalo e Petrópolis.

com outras fontes, como, por exemplo, o Departamento de Saúde e Serviço Social do Município de Duque de Caxias, da Divisão de Serviços Sociais do Estado do Rio de Janeiro e da FLUBEM (Fundação Fluminense do Bem-Estar do Menor). Mesmo nas fontes encontradas, o esforço inicial foi de higienização, organização da documentação e ainda, de tomada de conhecimento acerca da infância pobre, economicamente, da cidade de Duque de Caxias.

Uma fonte importante, que merece ser vista e publicada, é o acervo<sup>18</sup> de Dom Odilão de Moura, responsável pelo Patronato São Bento, que respondeu como administrador da mesma instituição durante muitos anos. Neste momento, esse acervo, do qual constam documentos iconográficos, está sendo trabalhado para identificação e a elaboração de uma sessão das imagens.

Há muito que fazer sobre estes papéis velhos e empoeirados, para que possamos, quem sabe, pensar projetos de cidadania ativa com esses meninos do Brasil. Quem sabe, pensar projetos que abram as instituições e os movimentos sociais para ouvi-los. Quem sabe, largar a caneta e os papéis e promover encontros e rodas de memória para ouvir o que trazem consigo sobre seus sonhos, seus projetos, suas desesperanças e esperanças de/na vida. Quem sabe, fazer-nos entender um pouco o que realmente significa a redução da maioria penal para esses meninos que, muitas vezes, não tiveram outra opção que não fosse a criminalidade. Porque como nos ensina (ALVES, 2011, p.21), como falar das pessoas sem conhecê-las?

## **FONTES**

Acervo da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti/Arquivo Patronato<sup>19</sup>.

Acervo do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHed.

Documentos Iconográficos, ano de 1959 a 2003.

Agenda de 1987 cedida pelo Padre Marista em seu período de visitação.

Conversa informal para diagnósticos preliminares do início da pesquisa.

Conversa informal com depoentes ligados à instituição e outros.

Arquivo do Mosteiro São Bento – Arquivo Pessoal Dom Odilão.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

<sup>18</sup> Acervo particular digitalizado pela Equipe do CEPEMHed.

<sup>19</sup> O trabalho arquivístico do Patronato São Bento está em processo de construção.

ALVES, Luciana Pires. A planta da casa que vira: astúcia no dizer e viver. In: DAVID, Fátima Bitencourt. RUFINO, Márcia Montilio e ALVARENGA, Márcia Soares. *Professoras pensam a cidade – A Educação Pública em Debate no Município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: HP Comunicação editora, 2011.

CÂMARA, Sônia; RANGEL, Jorge. *Os Eternos Errantes da Cidade: a infância memorizada no Distrito Federal da década de 1920*. Rio de Janeiro: DVD, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Niterói, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, FAPERJ, 2007.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Revista Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo: 1992.

SOUZA, Marlúcia Santos. *Escavando o Passado da Cidade. Duque de Caxias e os Projetos de Poder Político Local*. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Dissertação do Mestrado em História.

Recebido em 09 de março de 2014.

Aceito em 13 de abril de 2014.